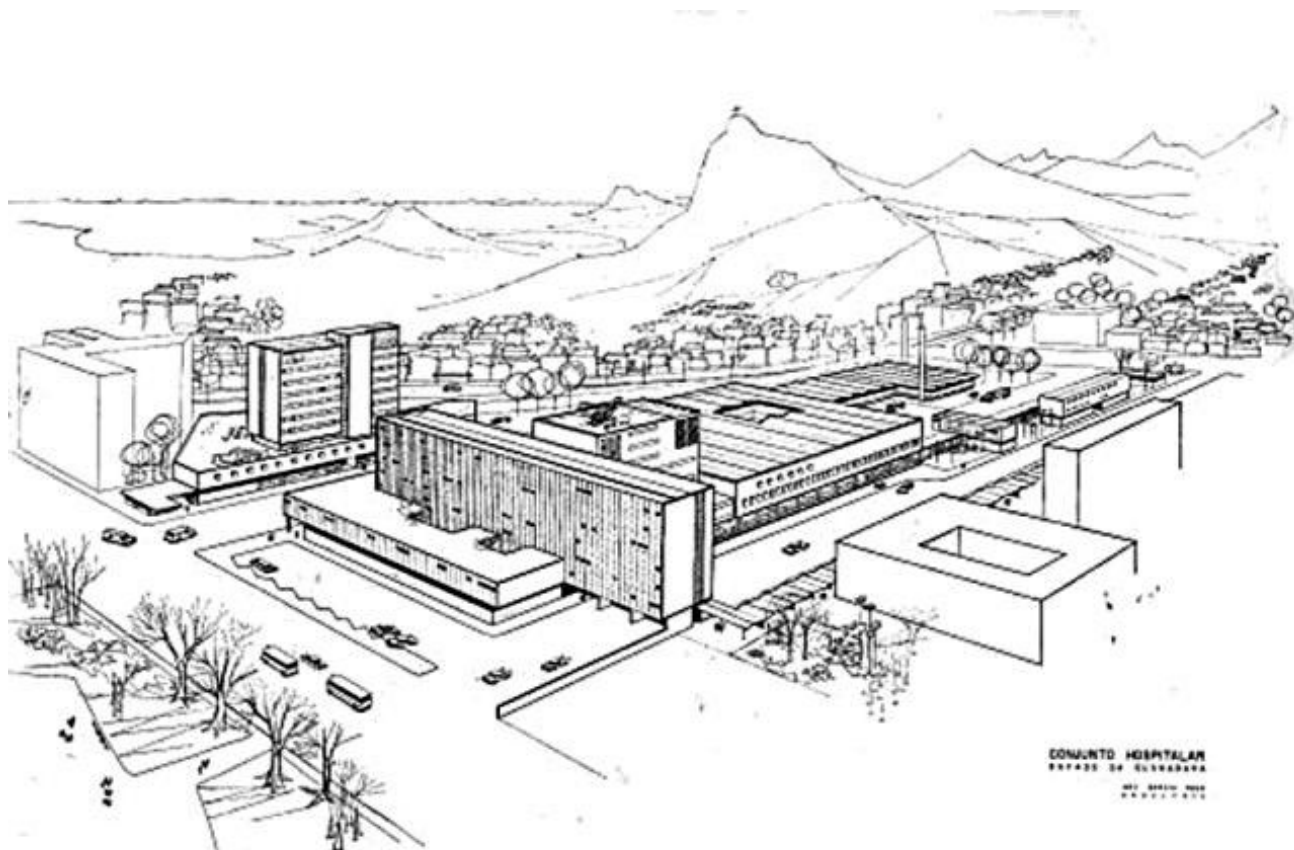


PROCESSO	
Data	Fls.
Rubrica	

ANEXO II 2.3

CADERNO DE SUSTENTABILIDADE

CHMSA





PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Saúde – SMS
Rua Afonso Cavalcanti, nº 455, Bl. 1, 7º andar – Sala 701
Cidade Nova - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20.211-110
Tel: (21) 2976-2024 / (21) 2976-2026

PROCESSO	
Data	Fls.
Rubrica	

1. INTRODUÇÃO	3
2. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA	4
3. DOCUMENTAÇÃO AMBIENTAL	5
4.OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A GESTÃO DO CHMSA – COMPLEXO HOSPITALAR MUNICIPAL SOUZA AGUIAR.6	
5. CONCLUSÃO	15



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Saúde – SMS
Rua Afonso Cavalcanti, nº 455, Bl. 1, 7º andar – Sala 701
Cidade Nova - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20.211-110
Tel: (21) 2976-2024 / (21) 2976-2026

PROCESSO	
Data	Fls.
Rubrica	

1. INTRODUÇÃO

Considerando o processo de contratação, através de Parceria Público-Privada, para a revitalização - reforma e ampliação, manutenção e operacionalização do CHMSA – Complexo Hospitalar Municipal Souza Aguiar, este caderno destina-se a descrever as questões de Sustentabilidade desde a concepção dos projetos até a gestão do edifício e dos serviços relativos à Bata-Cinza, necessários à perfeita execução da atividade-fim do Hospital, que é a entrega de serviços médicos com alto padrão de qualidade.

O presente relatório se utiliza do roteiro dos 17 ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável definidos pela ONU – Organização das Nações Unidas, a serem alcançados pelas Instituições até 2030.

Foi considerado, para o desenvolvimento deste trabalho, o Perfil Assistencial do CHMSA definido pela Secretaria Municipal da Saúde do Rio de Janeiro, parte integrante do EDITAL para a licitação da Reforma, Ampliação e Manutenção dos Hospitais que compõem o Complexo e pelos relatórios técnicos que constituem os demais cadernos relativos à engenharia e a operacionalização dos edifícios, denominado bata-cinza, e envolverá questões desde a economia de insumos durante o desenvolvimento dos projetos, passando pela especificação dos materiais e tecnologias, consumo responsável e gestão de resíduos até conceitos de recrutamento de colaboradores e atendimento humanizado.

Neste sentido, o Projeto Conceitual abraçou o conceito de obra sustentável, estabelecendo critérios e ações descritas no Caderno de Especificações de Engenharia, com cuidados desde o momento do projeto, como gestão documental, montagem do canteiro de obras, instalação de equipamentos eficientes de energia até implementação de usina fotovoltaica, muro verde entre outras ações.

Ressalta-se a importância deste tema durante a montagem das propostas visando a contratação da gestão do CHMSA, sob modelo de Concessão, devendo os concorrentes validar os conceitos aqui definidos e, sempre que possível, agregar conceitos inovadores no Plano de Trabalho a ser apresentado na licitação. Ou seja, os requisitos aqui definidos devem ser entendidos como requisitos mínimos.

Este estudo técnico, portanto, apresenta os conceitos de sustentabilidade a serem observados pela CONCESSIONÁRIA para o atendimento aos indicadores de atendimento a nível operacional, como definido pelo PODER CONCEDENTE na modelagem da contratação. **Fica a cargo dos proponentes a proposição de soluções de sustentabilidade iguais ou superiores às aqui contidas, neste caso, a serem consideradas e validadas pelo PODER CONCEDENTE.**



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Saúde – SMS
Rua Afonso Cavalcanti, nº 455, Bl. 1, 7º andar – Sala 701
Cidade Nova - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20.211-110
Tel: (21) 2976-2024 / (21) 2976-2026

PROCESSO	
Data	Fis.
Rubrica	

2. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Os seguintes documentos do projeto e os fornecidos pela Secretaria de Municipal da Saúde do Rio de Janeiro, fizeram parte do portfólio de artefatos considerados para elaboração deste documento:

[REF1] PROJETO PPP – LOTE 1 : Caderno de Informações Básicas – Complexo Hospitalar Souza Aguiar – Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro , 2022

[REF2] Cadernos de Arquitetura e Engenharia emitidos pelo Consórcio PEZCO/KRAFT/APPARECIDO;

[REF3] Relatório do Estudo da Demanda emitido pelo Consórcio PEZCO/KRAFT/APPARECIDO;

[REF4] Relatório do Plano de Prestação de Serviços Não Assistenciais (BATA CINZA) emitido pelo Consórcio PEZCO/KRAFT/APPARECIDO;

[REF5] Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, emitido pela ONU em 2015;

[REF6] Hospital Souza Aguiar: por uma nova monumentalidade da “escola carioca” nos anos 1960 na área histórica central do Rio de Janeiro, IPHAN em 2019;

[REF7] Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, emitido pela ONU em 2015;

[REF8] Programa nacional de humanização da assistência hospitalar, Ministério da Saúde em 2001.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Saúde – SMS
Rua Afonso Cavalcanti, nº 455, Bl. 1, 7º andar – Sala 701
Cidade Nova - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20.211-110
Tel: (21) 2976-2024 / (21) 2976-2026

PROCESSO	
Data	Fis.
Rubrica	

3. DOCUMENTAÇÃO AMBIENTAL

Considerando a legislação federal a cerca do meio ambiente e a reforma e ampliação do COMPLEXO HOSPITALAR SOUSA AGUIAR, deverão ser obtidas todas as licenças ambientais pertinentes junto à SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, em específico a LO - Licença Ambiental de Operação do Hospital.

Com relação ao PGRSS – PLANO DE GESTÃO DE RESÍDUOS DO SERVIÇO DE SAÚDE, o plano deverá ser apresentado conforme determina a lei federal 12.305/2010, onde deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, temas tratados especificamente na descrição da META 12 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, próximo capítulo.

Seguindo os rumos das discussões ambientais nacionais e mundiais e a par das legislações ambientais vigentes e a vir, assim como buscando atender aos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, a Concessionária deverá propor uma gestão efetiva, reduzindo impactos ambientais como descritos no Caderno de Sustentabilidade. Tais impactos deverão ser reduzidos tanto nas obras como na operação e gestão do Complexo Hospitalar.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Saúde – SMS
Rua Afonso Cavalcanti, nº 455, Bl. 1, 7º andar – Sala 701
Cidade Nova - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20.211-110
Tel: (21) 2976-2024 / (21) 2976-2026

PROCESSO	
Data	Fis.
Rubrica	

4.OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A GESTÃO DO CHMSA – COMPLEXO HOSPITALAR MUNICIPAL SOUZA AGUIAR

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015 e compõem uma agenda mundial para a construção e implementação de políticas públicas que visam guiar a humanidade até 2030.

A agenda contempla um plano de ação internacional para o alcance dos 17 ODS, desdobrados em 169 metas, que abordam diversos temas fundamentais para o desenvolvimento humano, em cinco perspectivas: pessoas, planeta, prosperidade, parceria e paz.

Os 17 ODS envolvem temáticas diversificadas como erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura e industrialização, governança, e meios de implementação.

Durante os anos de implementação da Agenda 2030, os ODS e suas metas estimulam e apoiam ações em áreas de importância crucial para a humanidade.

O RELATÓRIO relativo à modelagem SUSTENTÁVEL, apresentará as premissas a serem utilizadas durante todo o processo de implantação e operacionalização através da Parceria Público-Privada da gestão do CHMSA, demonstrando a aderência aos ODS no que corresponde a temática de saúde e meio ambiente, conforme ícones abaixo.

Os objetivos e metas são complementares e devem representar o esforço conjunto da sociedade e governo para alcançarmos o desenvolvimento sustentável, como bem definido na Agenda 2030 da ONU.



ODS 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

ODS 4: Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

ODS 8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos

ODS 10: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

Pobreza é não ter acesso aos serviços essenciais básicos como: água potável, saneamento, energia elétrica, saúde e educação; aos serviços financeiros; às novas tecnologias; não ter acesso à propriedade e a oportunidades. É estar vulnerável a desastres naturais, como secas, enchentes, terremotos e crises econômicas, sociais e ambientais.

As desigualdades ocorrem por diversos ângulos: diferença de renda, patrimônio e moradias; acesso a serviços básicos como saúde e educação; acesso à infraestrutura, justiça, oportunidades de trabalho, esporte e lazer e



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Saúde – SMS
Rua Afonso Cavalcanti, nº 455, Bl. 1, 7º andar – Sala 701
Cidade Nova - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20.211-110
Tel: (21) 2976-2024 / (21) 2976-2026

PROCESSO	
Data	Fis.
Rubrica	

oportunidades de participar nas decisões que afetam a todos. Também se manifesta por meio da discriminação em suas diferentes formas.

É competência do Governo, nas suas três instâncias, cuidar da **saúde** e da **assistência social**, da **proteção e da garantia das pessoas portadoras de deficiência**. O CHMSA, a ser gerido através de Parceria Pública Privada, continuará a ter essa missão, mas considerando que suas dependências estarão completamente adequadas e adaptadas a NBR 9050/2020. E deve ser mais: **ser instrumento de informação e educação**, visando com seu atendimento minimizar as diferenças sociais.

A gestão do Complexo Hospitalar deverá proporcionar aos seus usuários meios de acesso à cultura, à educação e à ciência, promovendo programas de combate às causas da pobreza e aos fatores de marginalização. Considerando o **acolhimento universal**, fator inerente e preponderante do SUS, deverá ser priorizado o atendimento humanizado a todos os usuários que chegarem aos Hospitais que compõem o Complexo, sem qualquer distinção.

O protagonismo do Governo nas políticas de enfrentamento à pobreza trará resultados vantajosos para a municipalidade. Neste cenário, a PPP – Parceria Pública Privada do CHMSA deverá aquecer os mercados locais, com vistas a ser considerado um polo gerador de negócios, e desta forma se tornar em poderoso fator de incentivo ao desenvolvimento econômico local. Além disso, o empreendimento, desde sua fase de projetos, será um grande **gerador de empregos** e deverá privilegiar, sempre que possível, os cidadãos da Grande Rio, uma vez a proximidade do empreendimento à Central do Brasil, linhas de metro e ônibus urbanos e intermunicipais.



Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Este ODS trata de questões relacionadas à fome, à nutrição e à segurança alimentar, ou seja, traz para a discussão a importância de garantir a todas as pessoas alimentos nutritivos e seguros, para evitar não somente a fome, mas também a desnutrição e a má-nutrição e os consequentes riscos à saúde.

No intuito de garantir à população o acesso a alimentação segura e nutritiva, principalmente às pessoas mais pobres e vulneráveis que, literalmente, passam fome, deverão ser implementadas soluções buscando o envolvimento dos diversos atores nas ações de segurança alimentar e nutricional sustentável, de forma a ter uma sociedade mobilizada e conscientizada para uma participação mais ativa. Desta maneira, considerando as áreas externas ao Complexo e mesmo os tetos verdes, **a implementação de Hortas urbanas** com a orientação da CONCESSIONÁRIA e a participação dos colaboradores e, eventualmente, pacientes, poderá ser uma importante política que gerará segurança alimentar e nutricional sustentável.

Fornecimento de **orientação nutricional correta e dedicada** nos atendimentos aos pacientes internados ou em tratamento no Hospital será outro instrumento fundamental à disseminação de hábitos alimentares saudáveis, visando erradicar a fome, tendo em vista que a desnutrição influi diretamente na saúde dos cidadãos. Assim, terá **efeitos curativos**, mas também **preventivos**. Uma alimentação nutricionalmente balanceada tende a diminuir o período de hospitalização e poderá trazer benefícios ao sistema hospitalar a ser implantado, como por exemplo a ampliação do atendimento.

O Serviço de Nutrição e Dietética deverá estimular o **consumo de verduras e vegetais**, considerando o uso de alimentos orgânicos ou sem agrotóxicos e estimular, junto aos colaboradores, o melhor aproveitamento desses alimentos, inclusive cascas, na produção de sucos e pães, entre outros.

PROCESSO	
Data	Fls.
Rubrica	



Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

O ODS 3 tem seu foco na saúde e no bem-estar e consiste em contribuir para que as pessoas vivam mais tempo e em melhores condições. Essas questões são bastante abrangentes e transversais, já que a saúde está relacionada não apenas aos serviços específicos, mas também com diversos outros fatores, tais como a oferta de água potável e de sistemas de esgotamento sanitário, a nutrição e a alimentação saudável, a contaminação ambiental, a produção agrícola, a prática esportiva e o transporte.

Especificamente em relação à área da saúde, o Governo tem papel importante no fornecimento de serviços de saúde e assistência social. Em prol do bem-estar e da saúde da população, caberá ao gestor do Complexo Hospitalar **incentivar a prática de esportes e atividades físicas**, devendo ser considerada a instalação de uma **academia ao ar livre** na área externa aos 3 Hospitais.

Visando “assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades”, a gestão hospitalar não deverá focar só nas ações curativas, mas, também, nas **ações preventivas da população em atenção**. O projeto arquitetônico, e a correspondente reforma e ampliação do CHMSA, deverá prever ambientes internos humanizados, com luz natural, temperaturas agradáveis, sons ambientes, controle da qualidade do ar, cabendo também a CONCESSIONÁRIA a aquisição de mobiliários com design e acabamentos que sejam agradáveis aos pacientes e aos funcionários e que harmonizem com as cores eleitas para cada serviço do Hospital. Neste sentido, o uso da **cromoterapia** deverá ser considerado, sendo certo que estes aspectos fazem parte da **humanização**. Deverão ser promovidas **palestras e atividades de relaxamento** e diminuição de stress como yoga, tai-chi-chuan. liu entre outras técnicas orientais, tanto para pacientes como para colaboradores. Na área do atendimento, as ações integrativas entre o **atendimento médico e o atendimento não médico** deverá buscar a integralidade dos indivíduos, proporcionando bem-estar aos pacientes visando acelerar a sua recuperação, diminuindo o tempo das internações.



Alcançar à igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Este objetivo tem seu foco na discussão do tema sobre igualdade de gênero, com o empoderamento de meninas e mulheres. Suas metas pedem o fim da discriminação e da violência contra meninas e mulheres; buscam reformas que levem a direitos iguais a propriedade, controle sobre a terra, recursos financeiros, herança e recursos naturais e acesso ao uso de novas tecnologias de informação e comunicação. Em se tratando das questões relacionadas à igualdade de gênero, as Instituições Governamentais não têm obrigações diretas, legais e constitucionais, como é o caso dos objetivos relacionados à educação e saúde, por exemplo. Todavia, é um tema de extrema importância e que precisa de forma urgente entrar na pauta das políticas públicas. Cabe ao Governo, primeiramente, tomar pé da situação das desigualdades de gênero, como serviços prestados de forma discriminatória, práticas de emprego desiguais, alto nível de violência contra as mulheres.

Nesta direção, a CONCESSIONÁRIA deverá identificar e abordar as barreiras para garantir um acesso igualitário para as mulheres aos cargos e funções a serem preenchidos, sendo claro que por se tratar de Hospital,

PROCESSO	
Data	Fls.
Rubrica	

historicamente, existem mais vagas para o perfil feminino. Será de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA **estruturar e integrar a rede de atendimento e assistência às mulheres vítimas de violência doméstica**, uma vez o perfil assistencial de Urgência e Emergência engloba casos de violência à criança e à mulher. A CONCESSIONÁRIA deverá gerar estratégias de contratação que privilegie empregos para mulheres na operacionalização do Hospital, além de promover ações de empoderamento da mulher, com cursos e palestras paralelas de forma a garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.



Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e do saneamento para todos

O ODS 6 se insere na necessidade de garantir o direito humano à água potável. Aliás, a água é item central da pauta para a discussão do desenvolvimento sustentável. O acesso à água e ao saneamento está intimamente ligado à redução da pobreza, ao crescimento econômico, à saúde, à segurança alimentar e nutricional e contribui para melhorias no bem-estar e na inclusão social.

A falta de saneamento básico impacta negativamente a saúde e o bem-estar das populações, contamina o solo, os rios, os mares e as fontes de água para o abastecimento. Assim, garantir que os resíduos do CMHSA sejam tratados é ponto indiscutível, inclusive porque estamos na região central da cidade e a região é servida por rede coletora de esgoto interligada à estação de tratamento de esgoto. A concessionária deverá se certificar, junto à concessionária Águas do Rio, do destino final do efluente sanitário do Complexo Hospitalar Souza Aguiar, garantindo, se necessário, unidade de tratamento *in loco*, antes do lançamento a rede de esgoto. Entende-se que o estreitamento da relação entre a futura Concessionária do Hospital e a Concessionária de Água e Esgoto poderá ser positivo, havendo ainda a possibilidade de serem traçados novos rumos à discussão e reutilização dos esgotos tratados.

Considerando que as obras de retrofit, reforma e ampliação do CHMSA deverão ocorrer com o Complexo Hospitalar em funcionamento, deverão ser previstas valas internas ao terreno para a lavagem dos pneus dos caminhões, principalmente na fase de demolição do CER. O **sistema de lava-pneus** deverá considerar **água de reuso e seu reaproveitamento após decantação**.

É sabido que a água é fundamental para a assepsia das mãos e dos ambientes hospitalares, sendo um dos maiores responsáveis pelo controle de infecção hospitalar. Por isso também, os hospitais são, conjuntamente com a indústria, os maiores consumidores desse bem finito. Na fase de projeto e construção deverão estar planejadas e implementadas **ações estruturais de economicidade de água** como o aproveitamento da água residual do processo de osmose reversa da hemodiálise, a coleta das águas provenientes dos drenos de ar condicionado, a construção de reservatórios de água de chuva – ou o aproveitamento das cisternas existentes, após sua avaliação e re-impermeabilização – acompanhadas do respectivo tratamento visando seu reuso para irrigação de jardins e caixas de descarga. As caixas d'água deverão ser devidamente dimensionadas, considerando sempre células independentes interligadas por barriletes, de forma a facilitar os processos de limpeza e assepsia das caixas d'água, além de seu dimensionamento considerar o período preconizado pela RDC 50. Além disso, deverá ser considerada a **instalação de sistemas periféricos** como itens economizadores relativos à especificação das peças e metais sanitários como torneiras hidromecânicas com fechamento automático, bacias sanitárias com volume de 6 litros, válvulas de descarga com dois tipos de fluxos, peças para diminuir a pressão da água em duchas, entre outros. Aliado a isto outras ações efetivas deverão ser implantadas durante a reforma e ampliação do CHMSA e serão fundamentais para a operacionalização do Hospital, pois garantem o controle setorial de vazão e consumo. Nesta linha destacam-se a setorização dos ramais de distribuição de água fria com a implementação de relógios de medição e controle por andar e nos locais de maior

PROCESSO	
Data	Fls.
Rubrica	

consumo como SND e CME, ou até mesmo a implementação de sistemas de automação (telemetria), necessários para **diagnosticar com precisão vazamentos e evitar desperdícios e custos excessivos em contas evitáveis**. Considerando o CHMSA já em sua fase de operação, a CONCESSIONÁRIA deverá **monitorar diariamente a entrada da água e o consumo geral e setorial**. Também é sua responsabilidade **garantir a qualidade da água** na entrada, nas caixas d'água e em todos os pontos de consumo – neste sentido, considerar filtro central para o SND e lactário -, devendo ser considerado a **limpeza e desinfecção das caixas d'água semestralmente**, com o devido planejamento para evitar desperdício de água limpa e tratada, bem como a manutenção dos sistemas de tratamento da água e das bombas de recalque e dos reservatórios de reuso.



ODS 7 : Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos

ODS 13: Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos

Enquanto a ODS 7 trata do acesso às diferentes fontes de energia, principalmente às renováveis, eficientes e não poluentes, o que remete a escolhas importantes na fase de projetos e obras do CMHSA, representando ações importantes que visam a redução das emissões de CO2 e minimizam os impactos do edifício sobre o meio ambiente, atendendo as diretrizes da ODS 13. Estimular a reflexão em diversos âmbitos, desde a escola até serviços de saúde, pode ser uma estratégia importante para modificar a cultura local e informar a população quanto a tão importante tema, que influencia a saúde pública de forma tão direta.

Considerando o grande consumo de energia elétrica dos hospitais, o projeto deverá buscar alternativas como a **implementação de energia fotovoltaica, aquecimento de água à gás, especificação de vidros especiais, uso de fachadas ventiladas nas faces de maior incidência solar**, assim como o uso de **brises soleil** em locais que eventualmente necessitam e não contam com essa solução, para a redução do calor e consequentemente minimizar os sistemas de climatização, os maiores consumidores de energia elétrica nos edifícios, são muitas das ações previstas em projeto e que visam garantir a sustentabilidade do edifício. Também deverá ser adotado o uso de **minuterias com sensor de presença nos ambientes de curta permanência** como DML, copas, sanitários, escadas, entre outros. Mas, antes disso, desde a implantação do canteiro de obras esse tema deverá ser considerado.

Durante o processo de aquisição de eletrodomésticos, equipamentos eletroeletrônicos e eletromédicos, **conferir a classificação no selo de consumo PROCEL**, optando sempre por modelos que consumam menos energia.

No âmbito da operação, cabe à CONCESSIONÁRIA **garantir a limpeza dos painéis coletores de energia solar**, limpeza dos vidros e brise soleil, limpeza e troca dos filtros de ar condicionado, entre outras ações.

Por fim, **prever o uso da automação para o controle diário de apagar as luzes e desligar equipamentos de ar condicionado dos ambientes não utilizados no período noturno**.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Saúde – SMS
Rua Afonso Cavalcanti, nº 455, Bl. 1, 7º andar – Sala 701
Cidade Nova - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20.211-110
Tel: (21) 2976-2024 / (21) 2976-2026

PROCESSO	
Data	Fls.
Rubrica	



Construir infraestruturas robustas, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

Consiste em garantir que todos os locais disponham das infraestruturas necessárias para se conectar ao resto do mundo. Neste objetivo estão incluídos transporte, saneamento, energia, telefonia, sistemas de informações e comunicação.

O retrofit e a modernização do CHMSA deverá ter como foco principal implementar a conectividade através de sistemas de informação e comunicação inerentes aos serviços médicos e de apoio, bem como sua interligação à rede de saúde municipal. Vem de encontro a esta meta a implementação de um Hospital 4G.

Da mesma maneira, deverá ser implementada a monitoração da manutenção do edifício através do software de gestão predial do tipo **BMS – Building Management System**.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resistentes e sustentáveis.

Os espaços da cidade devem ser divididos entre os setores privado e o setor público, de modo a equilibrar os interesses, impedindo que a especulação imobiliária expulse os grupos mais vulneráveis, distanciando-os de seus trabalhos e dos serviços básicos necessários (saúde, educação, segurança, assistência etc.). É de responsabilidade dos Municípios formular políticas específicas de habitação, saneamento, mobilidade urbana e proteção e defesa civil, o que deverá ocorrer neste novo cenário.

Considerando este Objetivo, ressaltamos a importância dos equipamentos de saúde no espaço urbano, edifícios que além de cumprir sua função primeira de fornecer saúde e prevenção, poder garantir segurança ao seu entorno, ser polo de desenvolvimento ao bairro, e acima de tudo ser orgulho do cidadão, que deve se sentir incluído ao serviço. O novo projeto tem a missão de aproximar o Hospital do cidadão e proporcionar inclusão, segurança, resiliência e sustentabilidade aos seus usuários e da região central do Rio de Janeiro.

Sob este ângulo, a segurança patrimonial, física e monitorada, através das **câmeras de CFTV**, cuja operação estará a cargo da CONCESSIONÁRIA deverá ser efetiva e além da proteção interna, monitorar os acessos e proximidades ao complexo hospitalar.



PROCESSO	
Data	Fls.
Rubrica	



Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Esse objetivo trata das cadeias de consumo e de como a população usufrui delas. A produção de bens e o consumo têm sido exagerados, o que causa desperdício, volume exagerado de resíduos e uso de recursos naturais maior do que o necessário. Produzir e consumir apenas o que necessitamos pode impactar positivamente nosso Município e nosso planeta.

É um objetivo que tem forte ligação com a nossa atual forma de viver nesse planeta. Por exemplo, como poderíamos desperdiçar menos os alimentos e manejar de maneira mais inteligente os resíduos sólidos, ou seja, **reduzir o volume de resíduos e dar uma melhor destinação aos resíduos que produzimos**. Os Municípios, os Estados e a União são responsáveis pela preservação do meio ambiente. Mas as fontes geradoras de resíduos são igualmente responsáveis, e no caso de hospitais maior cautela, pois os resíduos gerados em estabelecimentos assistenciais de saúde tem características próprias e caráter diferenciado de insalubridade e periculosidade.

Os resíduos de saúde são produzidos em quantidades bastante consideráveis, são classificados em Resíduos Comuns, Infectantes, Químicos, Radioativos e Recicláveis e demandam um planejamento de manejo durante todo seu ciclo, desde a fonte geradora até a sua disposição final em aterros sanitários controlados. Assim a CONCESSIONÁRIA deverá elaborar e aprovar junto ao PODER CONCEDENTE e aos órgãos ambientais pertinentes o **Plano de Gestão de Resíduos Sólidos – PGRSS**.

Além dos cuidados gerais com respeito ao **uso de EPI's** pelos profissionais que os manipulam, locais de guarda provisória na própria unidade geradora, abrigos compartimentados laváveis devidamente dimensionados de acordo com a demanda diária e carros de transporte, incluídos os procedimentos de assepsia de cada item acima indicado, deverão ser considerados nesse plano os seguintes pontos, todos regulados pelas normas da ABNT e pela RDC 222 da ANVISA:

- **Resíduos Comuns:** buscar diminuir a quantidade de resíduos orgânicos na cozinha industrial evitando ao máximo as sobras de alimentos “in natura” ou preparados, adotar o uso de composteiras industriais para a produção de adubo orgânico a partir dos resíduos alimentares, compactação de resíduos, entre outras ações;
- **Resíduos Infectantes:** autoclavagem dos resíduos para que os resíduos infectantes sejam transformados em resíduos comuns. Devido à quantidade considerável de resíduo infectante produzido no hospital, a aquisição de compactadora para redução dos volumes será medida essencial. Com essas ações, o custo de coleta de resíduos de serviço de saúde será eliminado, sendo todo o resíduo infectante
- **Resíduos Químicos:** acondicionados em abrigo exclusivo e contratada coleta como resíduo de saúde.

Importante destacar que os resíduos químicos provenientes dos laboratórios e farmácia serão acondicionados em embalagens específicas e recolhidos pela empresa contratada. Considerando a tecnologia eletromédica envolvida, totalmente digital, não haverá revelação de exames radiológicos e portanto o risco de contaminantes nesta operação é zero, uma vez que não há a utilização de produtos e a consequente produção de resíduos químicos.

- **Resíduo Radioativo:** o CNHSA não produzirá resíduos desta categoria.

PROCESSO	
Data	Fis.
Rubrica	

Resíduos Recicláveis: promover a coleta seletiva com containers pequenos, devidamente identificados e nas cores definidas pela ABNT em pontos estratégicos de toda a edificação, interna e externa, inclusive para pilhas, além da promoção de campanhas educativas.



Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

Esse objetivo busca promover a sustentabilidade das zonas costeiras e dos oceanos. Em muitas cidades costeiras, são lançados esgotos, resíduos industriais e sólidos diretamente no mar.

Desta maneira, e considerando que a cidade já tem coleta de esgotos e tratamento dos efluentes, garantir a correta disposição interna dos resíduos e a correta interligação à rede de esgotos da região central é dever do Poder Público, estando o Complexo interligado a rede de esgotos hoje sob a concessão Àguas do Rio.



Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

Esse ODS trata da preservação dos ecossistemas terrestres, das florestas e da biodiversidade que já existem e da reversão dos anos já causados. Deter o desmatamento é importante para evitar processos de desertificação. É importante também preservar a biodiversidade e as espécies ameaçadas, controlando a caça ilegal e o tráfico de espécies da fauna e da flora.

O Brasil abriga aproximadamente 20% da biodiversidade mundial e possui também uma rica sociobiodiversidade, representada por mais de 200 povos indígenas e por diversas comunidades tradicionais que detêm um vasto conhecimento sobre a conservação da natureza. Esse capital natural e os serviços ecossistêmicos a ele vinculados, como o abastecimento de água, a polinização de culturas ou a proteção contra eventos climáticos extremos, são de grande importância, não só para a sociedade e economia brasileiras, como também para o equilíbrio ecológico e para o bem-estar das sociedades no nível global.

Os governos locais têm um papel como provedores de serviços (especialmente água, saneamento e gestão de resíduos sólidos), somado à sua capacidade de incentivar mudanças de comportamentos nas comunidades. São os mais adequados para articular cooperações com o setor privado e as comunidades para uma gestão integrada da biodiversidade e dos ecossistemas.

Neste contexto, desde o projeto, a construção e a equipagem têm importante papel considerando o ecossistema em que está inserido. Assim, deverá ser controlada a emissão de cópias de projetos e verificada a **origem e certificação da madeira** tanto na obra – madeira para formas, portas, marcenaria - como nas aquisições de mobiliário de madeira. Também deverão ser considerados **tapumes ecológicos**.

PROCESSO	
Data	Fis.
Rubrica	



Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

Esse objetivo convida os governos locais a serem mais efetivos e responsáveis com os cidadãos, que veem cada vez mais suas vidas e as de suas famílias ameaçadas. Implica também os governos locais para que se esforcem mais no sentido de que nenhum grupo seja excluído. Deixa ainda o alerta sobre a necessidade de combater a corrupção e aumentar o acesso público à informação.

O ODS 16 também aborda a eficácia, a responsabilidade e a inclusão das instituições, que, aliadas a princípios de transparência e combate à corrupção, são importantes conceitos para o fortalecimento das sociedades dos países e da qualidade do uso dos recursos públicos.

Neste sentido, o CHMSA deve ser uma **instituição forte, transparente e saudável, espelhando serviços médicos de excelência e qualidade**. Para tanto, cabe a CONCESSIONÁRIA, responsável pela bata-cinza, deve promover todas as atividades de suporte e acolhimento dos usuários – pacientes, visitantes, fornecedores e colaboradores – de modo a



Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Não basta definir objetivos e metas. É preciso ter os meios para implementar as ações e fortalecer as parcerias em nível local.

O ODS 17 trata dos mecanismos necessários para implementar a Agenda 2030: recursos financeiros, recursos humanos, recursos tecnológicos e de informação. Nesse caso, os instrumentos de gestão são os principais exemplos.

É preciso ter os meios para **implementar as ações e fortalecer as parcerias em nível local**. Neste sentido a escolha da modalidade PPP - Parceria Pública Privada, a definição das responsabilidades de cada parceiro, uma agenda séria e comprometida entre a Comissão de Resíduos, a Comissão de Controle e Infecção Hospitalar (CCIH) e a empresa responsável pela limpeza hospitalar (hoje, a COMLURB) e o cumprimento das diretrizes propostas nos Relatórios Técnicos são essenciais para o sucesso do Novo CHMSA. Também é importante estabelecer mecanismos de liderança e de comunicação entre o **PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA**, tendo como agenda comum o desenvolvimento local sustentável sendo certo que este é o único caminho a seguir.

A contratação de profissionais com formação ambiental é primordial, assim como promover capacitações internas dos profissionais ligados a área não-assistencial, responsáveis pela logística hospitalar e dos profissionais assistenciais, é essencial para o sucesso dos projetos internos ambientais.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Saúde – SMS
Rua Afonso Cavalcanti, nº 455, Bl. 1, 7º andar – Sala 701
Cidade Nova - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20.211-110
Tel: (21) 2976-2024 / (21) 2976-2026

PROCESSO	
Data	Fls.
Rubrica	

5. CONCLUSÃO

Este RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE faz parte da essência da Parceria Público-Privada, buscando juntar esforços para produzir saúde de qualidade, reduzir desperdícios e custos de produção, tomar medidas inclusivas, aproximar o CHMSA da sociedade e se juntar a outras ações municipais para tornar a cidade mais sustentável e saudável.

Como fica demonstrado, a igualdade no atendimento, essência do SUS, faz parte da busca da excelência da instituição e a sua eficácia transita por todos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos pela ONU na Agenda 2030, qualificando não só o edifício, que terá suas características construtivas sustentáveis, como também sua operação que não poderá ser diferente.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Saúde – SMS
Rua Afonso Cavalcanti, nº 455, Bl. 1, 7º andar – Sala 701
Cidade Nova - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20.211-110
Tel: (21) 2976-2024 / (21) 2976-2026

PROCESSO	
Data	Fls.
Rubrica	